

Serras Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Serras Holding S.A.

Natal – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serras Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serras Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica

Veja a Nota 1.2, 4 (d), 18 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas, saldos de ressarcimentos a pagar e a receber por déficit ou excedente de geração oriundos de contratos significativos nesta modalidade, os quais são apresentados nas rubricas de provisão para ressarcimento e contas a receber, respectivamente, cuja contrapartida é a rubrica de receita de venda de energia elétrica. O cálculo da mensuração dos saldos de ressarcimento a pagar e a receber e da parcela variável da receita de venda de energia elétrica envolve substancialmente dados utilizados baseados em (i) informações históricas, como o volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como o volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como o IPCA e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças. As variações de geração da energia e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita oriunda de referidos contratos, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras. Em função disso, e da complexidade dos principais dados utilizados na mensuração dos ressarcimentos a pagar e a receber e, conseqüentemente, do reconhecimento da parcela variável da receita de venda de energia elétrica, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação da precisão matemática do cálculo da mensuração dos saldos relativos a ressarcimentos a receber e a pagar, e conseqüentemente, da parcela variável da receita de venda de energia elétrica.- Avaliação dos principais dados utilizados no cálculo, incluindo o volume (MWh) e os preços previstos nos termos contratuais, os índices de atualização (IPCA), o volume de geração de energia efetiva (MWh) e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças, através do confronto com as respectivas informações nos termos contratuais e do confronto com informações disponibilizadas ao mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).- Avaliação se as divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do ressarcimento a pagar ou a receber nos contratos de geração de energia eólica, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Serras Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Caixa e equivalente de caixa	6.a	24	16	10.074	2.298	Fornecedores	12	381	374	21.600	12.313
Contas a receber	7	-	-	15.243	14.746	Financiamentos	13	-	-	23.080	19.427
Adiantamento a fornecedores	24	29	29	9.489	3.271	Debêntures	14	5.186	1.768	5.186	1.768
Tributos a recuperar		-	-	71	71	Obrigações tributárias		34	34	1.173	857
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	3.367	7.190	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	1.158	995
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	3.038	1.284	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	248	279
Dividendos a receber	22	1.813	1.738	-	-	Mútuos com partes relacionadas	22	4.992	4.992	-	-
Estoques		-	-	1.615	1.612	Outras contas a pagar		-	-	966	3.145
Outras contas a receber	25	16.821	1.838	157	1.841	Arrendamentos	10	-	-	79	156
Total do ativo circulante		18.687	3.621	43.054	32.313	Total do passivo circulante		10.593	7.168	53.490	38.940
Contas a receber	7	-	-	24.545	22.642	Financiamentos	13	-	-	291.553	324.764
Fundos vinculados	6.b	6	2	30.279	79.826	Debêntures	14	42.877	42.398	42.877	42.398
Depósitos judiciais	27	-	-	5.193	5.640	Obrigações tributárias		-	-	-	5.470
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	5	15	Parcelamento de tributos		230	260	3.451	1.177
Realizável a longo prazo		6	2	60.022	108.123	Arrendamentos	10	-	-	10.318	13.840
Investimentos	9	258.788	310.134	-	-	Provisão para desmobilização	15	-	-	11.050	9.420
Direito de uso	10	-	-	15.709	19.617	Total do passivo não circulante		43.107	42.658	359.249	397.069
Intangível		-	-	32	32	Patrimônio líquido					
Imobilizado	11	-	-	517.703	539.855	Capital social	17	230.938	269.403	230.938	269.403
Total do ativo não circulante		258.794	310.136	593.466	667.627	Prejuízos acumulados		(7.157)	(5.472)	(7.157)	(5.472)
Total do ativo		277.481	313.757	636.520	699.940	Total do patrimônio líquido		223.781	263.931	223.781	263.931
						Total do passivo e patrimônio líquido		277.481	313.757	636.520	699.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	18	-	-	104.956	96.844
Custos de operação	19	-	-	(61.738)	(53.876)
Lucro bruto			-	43.218	42.968
Despesas gerais e administrativas	20	(54)	(25)	(4.841)	(4.138)
Outras (despesas) / receitas operacionais		-	-	(1.748)	406
Resultado com equivalência patrimonial	9	6.479	5.882	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		6.425	5.857	36.629	39.236
Receitas financeiras	21	-	-	2.132	1.847
Despesas financeiras	21	(8.110)	(5.173)	(36.511)	(36.734)
Resultado financeiro líquido		(8.110)	(5.173)	(34.379)	(34.887)
Resultado antes dos tributos		(1.685)	684	2.250	4.349
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	-	(3.935)	(3.665)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(1.685)	684	(1.685)	684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(1.685)	684	(1.685)	684
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(1.685)</u>	<u>684</u>	<u>(1.685)</u>	<u>684</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

<u>Controladora e consolidado</u>					
	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>275.531</u>	<u>(6.308)</u>	<u>(6.156)</u>	<u>263.067</u>
Integralização de capital	17.a	-	180	-	180
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>684</u>	<u>684</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>275.531</u>	<u>(6.128)</u>	<u>(5.472)</u>	<u>263.931</u>
Redução de capital	17.a	(38.465)	-	-	(38.465)
Cancelamento de capital	17.a	(6.128)	6.128	-	-
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.685)</u>	<u>(1.685)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>230.938</u>	<u>-</u>	<u>(7.157)</u>	<u>223.781</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos	(1.685)	684	2.250	4.349
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Juros sobre financiamento	13	-	24.276	25.640
Custo de captação de financiamentos e debêntures apropriado ao resultado	13/14	43	74	31
Juros sobre debêntures	14	7.939	7.939	5.039
Depreciação	11	-	28.485	28.493
Baixa de imobilizado	11	-	28	594
Atualização monetária de depósito judicial	27	-	(81)	-
Baixa de imposto de renda e contribuição social a recuperar e obrigações tributárias		-	1.748	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(6.479)	-	-
Juros sobre provisão para desmobilização	15	-	1.630	1.618
Amortização de direitos de uso	10	-	372	756
Juros incorridos sobre arrendamento	10	-	1.164	1.048
		(182)	(159)	67.885
				67.568
Variações em:				
Contas a receber	7	-	(2.400)	1.222
Tributos a recuperar		-	-	58
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	(854)	(2.301)
Outras contas a receber	25	1.687	1.684	(1.841)
Estoques		-	(3)	(1.542)
Depósitos judiciais		-	528	476
Adiantamento a fornecedores	24	-	(6.218)	(2.709)
Despesas pagas antecipadamente	8	-	(1.744)	3.423
Fornecedores	12	7	9.287	2.649
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(31)	124
Obrigações tributárias e parcelamentos de tributos		(31)	2.590	1.778
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	(2.541)	(731)
Outras contas a pagar		-	(2.179)	3.146
		1.481	(2.048)	66.004
				71.320
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais				
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	13/14	(3.327)	(27.818)	(29.021)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(3.772)	(2.945)
		(1.846)	(5.234)	34.414
				39.354
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução de capital social em investidas	9	40.273	3.456	-
Dividendos recebidos	9	807	-	-
Aquisição de intangível		-	-	(32)
Aquisição de ativo imobilizado	11	-	(6.361)	(1.133)
		41.080	3.456	(6.361)
				(1.165)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos	13	-	255	-
Pagamento de principal de financiamentos	13	-	(29.629)	(17.952)
Custo de captação financiamentos	13	-	-	(44)
Pagamento de principal de debêntures	14	(758)	(758)	(124)
Custo de captação de debêntures	14	-	44	44
Integralização de capital	17.a	-	180	180
Redução de capital	17.a	(38.465)	(38.465)	-
Pagamento de principal de arrendamentos	10	-	(1.227)	(1.143)
Mútuos com partes relacionadas	22	-	1.694	-
Fundos vinculados	6.b	(3)	49.547	(17.989)
		(39.226)	1.794	(20.277)
				(37.028)
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento				
Aumento no caixa e equivalentes de caixa				
		8	16	7.776
				1.161
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.a	16	2.298	1.137
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.a	24	10.074	2.298
Aumento no caixa e equivalentes de caixa				
		8	16	7.776
				1.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Serras Holding (“Companhia”) é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, controlada pela Echoenergia Participações S.A., que detém 100% de suas ações. A Companhia tem sede à Av. Engenheiro Roberto Freire, 1.962, sala 14, município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A relação das Companhias controladas está apresentada na nota explicativa 3.

As controladas da Companhia possuem cinco centrais geradoras de energia eólica situadas nos municípios de Bobó, Lagoa Nova e Tenente Laurentino Cruz no Estado do Rio Grande do Norte, constituídas de 64 unidades geradoras de 2,0MW médios, totalizando 128 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, as Controladas possuíam as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)	Garantia física (MW Médios)
EOL Serra de Santana I	Port. 478/2011	17/08/2011	35 anos	20	8,10
EOL Serra de Santana II	Port. 468/2011	03/08/2011	35 anos	30	13,50
EOL Serra de Santana III	Port. 475/2011	11/08/2011	35 anos	30	12,70
EOL Lanchinha	Port. 266/2012	02/05/2012	35 anos	28	13,20
EOL Pelado	Port. 263/2012	02/05/2012	35 anos	20	9,00

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, as Controladas possuíam os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2047:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada a (MW médio)	Preço contratado atualizado (b)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Serra de Santana I	LER 5/2010 (a)	8,10	235,60	IPCA	Setembro
EOL Serra de Santana II	LER 5/2010 (a)	13,50	236,40	IPCA	Setembro
EOL Serra de Santana III	LER 5/2010 (a)	12,70	235,80	IPCA	Setembro
EOL Lanchinha	LER 3/2011 (a)	13,20	175,80	IPCA	Julho
EOL Pelado	LER 3/2011 (a)	9,0	174,10	IPCA	Julho

(a) Leilão de Energia de Reserva.

(b) Valor em R\$ 31 de dezembro de 2021.

1.3 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021 o capital circulante líquido consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$10.436 (R\$6.627 em 31 de dezembro de 2020). O capital circulante negativo da consolidado se deve principalmente às amortizações previstas das debêntures e financiamentos. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, suportado pelos contratos de longo prazo para fornecimento de energia firmados com seus clientes.

1.4 Pandemia da COVID-19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho *home office* para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para *online*, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia e suas controladas atuam. A seguir estão elencadas as principais contas acompanhadas pela Companhia e suas controladas.

c. Receita e contas a receber

As receitas das controladas estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber das controladas, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. Durante o ano de 2021, não foram identificados ajustes provenientes das revisões das estimativas contábeis utilizadas pela Companhia e suas controladas.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e Arrendamentos (nota explicativa nº 10) – estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente
- Imobilizado (nota explicativa nº 11) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para custos de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 15) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e estimativa da taxa de desconto para aplicação do valor presente;

3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas à partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras das controladas, listadas a seguir:

Controladas diretas:	% de Participação	
	2021	2020
Eólica Seridó S.A.	100%	100%
Eólica Lanchinha S.A.	100%	100%
Eólica Paraíso S.A.	100%	100%
Eólica Lagoa Nova S.A.	100%	100%
Eólica Serra de Santana S.A.	100%	100%

4 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira

consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 23.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e suas controladas não celebraram contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, limitando-se ao período de autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam as controladas, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. As controladas obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 15. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são:

Desmontagem dos aerogeradores, locação de guas, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,64% a.a.

d. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando as controladas cumprirem as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada).

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas anualmente e quadrienalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos LER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos LER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a e suas controladas devem considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas devem considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente aplicam em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia ou a suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia e suas controladas, após avaliação, não identificaram ativos financeiros com problemas de recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia calcula o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e as suas Controladas com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas que não compõem a receita bruta sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes da Controladora são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, as controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso das controladas os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

As controladas adotaram os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,58% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente as controladas irão remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos das controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias e juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

5 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

6 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos de caixa e bancos	16	16	920	973
Aplicações financeiras (a)	8	-	9.154	1.325
Total	24	16	10.074	2.298

- (a) Referem-se às aplicações Compromissadas, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração média 100,44% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2021 e (100,3% em 31 de dezembro de 2020).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Contas Reserva da Dívida) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante. As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia e suas controladas mantidas junto ao banco administrador das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reserva de debêntures	6	2	4.672	3.090
Centralizadora (i)	-	-	10.524	8.295
Reserva O&M	-	-	4.316	3.350
Reserva especial (ii)	-	-	-	53.045
Reserva de dívida BNDES	-	-	10.767	12.046
Total	6	2	30.279	79.826

- (i) As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade das Controladas mantidas junto ao banco administrador das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos.
- (ii) Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais e só poderá ser destinada para pagamento de dividendos ou outra ocasião aprovada pelos credores. Durante o exercício de 2021 o saldo foi utilizado para pagamento do serviço da dívida as debêntures.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Transações realizadas no ACR (a)	39.645	37.388
Outras contas a receber – Nota explicativa 18.b	143	-
Total	39.788	37.388
Circulante (b)	15.243	14.746
Não circulante (c)	24.545	22.642

a) Ambiente de Contratação Regulada - Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.

(b) Refere-se aos créditos oriundos da liquidação financeira positiva no mercado de curto prazo (liquidação CCEE).
O saldo apresentam os montantes de excedentes anuais e quadrienais formados e em recebimento e o anual em formação e o faturamento mensal dos contratos provenientes dos leilões de energia renovável.

(c) Refere-se aos excedentes quadrienais de geração de energia em formação dos contratos ACR, . O valor total está previsto para recebimento a partir de julho de 2023 caso as controladas continuem performando geração de energia excedente.

8 Despesas pagas antecipadamente

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar	1.311	1.283
Fianças e compromisso	9	16
Manutenção antecipada	1.723	-
Total	3.043	1.299
Circulante	3.038	1.284
Não circulante	5	15

9 Investimentos

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos (a)	258.788	310.134
Total	258.788	310.134

a. Composição

Investidas	% Participação	2021		
		Patrimônio líquido	Resultado equivalência patrimonial	Investimento
Eólica Serra de Santana S. A	100%	44.614	25	44.614
Eólica Lagoa Nova S. A	100%	64.762	876	64.762
Eólica Seridó S. A	100%	56.017	2.526	56.017
Eólica Paraíso S. A	100%	38.184	1.186	38.184
Eólica Lanchinha S. A	100%	55.211	1.866	55.211
Total dos investimentos		258.788	6.479	258.788

Investidas	% Participação	2020		
		Patrimônio líquido	Resultado equivalência patrimonial	Investimento
Eólica Serra de Santana S. A	100%	57.116	2.087	57.116
Eólica Lagoa Nova S. A	100%	78.579	1.196	78.579
Eólica Seridó S. A	100%	70.965	1.939	70.965
Eólica Paraíso S. A	100%	42.856	1.453	42.856
Eólica Lanchinha S. A	100%	60.618	(793)	60.618
Total dos investimentos		310.134	5.882	310.134

Movimentação

Investidas	31/12/2020	(Redução) de capital	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2021
Eólica Serra de Santana S. A	57.116	(12.527)	25	-	44.614
Eólica Lagoa Nova S. A	78.579	(14.693)	876	-	64.762
Eólica Seridó S. A	70.965	(16.874)	2.526	(600)	56.017
Eólica Paraíso S. A	42.856	(5.576)	1.186	(282)	38.184
Eólica Lanchinha S. A	60.618	(7.273)	1.866	-	55.211
Total líquido investido	310.134	(56.943)	6.479	(882)	258.788

Investidas	31/12/2019	(Redução) de capital	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2020
Eólica Serra de Santana S. A	55.793	(764)	2.087	-	57.116
Eólica Lagoa Nova S. A	78.016	(633)	1.196	-	78.579
Eólica Seridó S. A	70.201	(714)	1.939	(461)	70.965
Eólica Paraíso S. A	42.469	(720)	1.453	(346)	42.856
Eólica Lanchinha S. A	62.037	(626)	(793)	-	60.618
Total líquido investido	308.516	(3.457)	5.882	(807)	310.134

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu dividendos mínimos obrigatórios destinados pelas controladas no exercício de 2020, no montante de R\$ 807. Não ocorreu recebimento de dividendos em 2020.

O quadro abaixo resume as informações financeiras das controladas na Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Controladas	31 de dezembro de 2021					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício
Eólica Serra de Santana S. A	44.795	113.244	68.630	44.614	17.705	25
Eólica Lagoa Nova S. A	67.603	164.570	99.808	64.762	26.172	876
Eólica Seridó S. A	52.353	161.425	105.408	56.017	26.914	2.526
Eólica Paraíso S. A	33.957	85.767	47.583	38.184	14.662	1.186
Eólica Lanchinha S. A	57.809	123.562	68.351	55.211	19.503	1.866
Total	256.517	648.568	389.780	258.788	104.956	6.479

	31 de dezembro de 2020					
Controladas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Eólica Serra de Santana S. A	57.322	122.499	65.383	57.116	17.206	2.087
Eólica Lagoa Nova S. A	82.296	178.225	99.646	78.579	24.070	1.196
Eólica Seridó S. A	69.227	171.771	100.806	70.965	24.846	1.939
Eólica Paraíso S. A	39.535	93.975	51.119	42.856	13.283	1.453
Eólica Lanchinha S. A	65.082	135.692	75.074	60.618	17.439	(793)
Total	313.462	702.162	392.028	310.134	96.844	5.882

10 Direito de uso e Arrendamento

As controladas atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A movimentação do ativo de direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Valor líquido em 01/01/2021	Baixa	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	19.617	(3.536)	(372)	15.709
Total do ativo	19.617	(3.536)	(372)	15.709

	Consolidado			
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	16.836	3.537	(756)	19.617
Total do ativo	16.836	3.537	(756)	19.617

Composição dos saldos de arrendamentos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento	10.397	13.996
Total	10.397	13.996
Circulante	79	156
Não circulante	10.318	13.840

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 01/01/2021	Baixa	Pagamentos de principal e juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	13.996	(3.536)	(1.227)	1.164	10.397
Total do ativo	13.996	(3.536)	(1.227)	1.164	10.397

	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	10.554	3.537	(1.143)	1.048	13.996
Total do ativo	10.554	3.537	(1.143)	1.048	13.996

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

Consolidado	Vida útil	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	8.124	-	8.124	2.141
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	675.788	(170.970)	504.818	532.765
Benfeitorias	30 anos	4.415	(893)	3.522	3.670
Móveis e utensílios	33 anos	145	(55)	90	100
Desmobilização Parques	-	1.218	(69)	1.149	1.179
Total		689.690	(171.987)	517.703	539.855

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

Consolidado	2021				
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento (*)	2.141	6.011	(28)	-	8.124
Máquinas e Equipamentos	532.765	350	-	(28.297)	504.818
Benfeitorias	3.670	-	-	(148)	3.522
Móveis e utensílios	100	-	-	(10)	90
Provisão para desmobilização dos parques (a)	1.179	-	-	(30)	1.149
Total	539.855	6.361	(28)	(28.485)	517.703

Consolidado	2020				
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	1.630	1.105	(594)	-	2.141
Máquinas e Equipamentos	561.036	28	-	(28.299)	532.765
Benfeitorias	3.817	-	-	(147)	3.670
Móveis e utensílios	108	-	-	(8)	100
Provisão para desmobilização dos parques	1.218	-	-	(39)	1.179
Total	567.809	1.133	(594)	(28.493)	539.855

(*) Referente aos investimentos em equipamentos para melhoria nos aerogeradores.

Determinados ativos imobilizados das controladas são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 13 e 14.

12 Fornecedores

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços (a)	-	-	3.653	1.332
Provisões diversas (a)	28	12	2.432	1.599
Provisão para honorários advocatícios	-	-	2.056	-
Partes relacionadas (b)	-	-	13.370	8.012
Seguros	-	-	89	856
Outros	353	362	-	514
Total	381	374	21.600	12.313

(a) Refere-se a obrigações de manutenção do parque eólico.

(b) Conforme nota explicativa nº 22.

13 Financiamentos

Consolidado				
Financiamentos	Taxa de Juros	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos BNDES	2,65% a.a. + TJLP	Out/2032	314.633	344.191
Total			314.633	344.191
Circulante			23.080	19.427
Não Circulante			291.553	324.764

As movimentações dos financiamentos ocorreram da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	344.191	362.351
Captação de empréstimos	255	-
Juros incorporados a dívida	24.276	25.640
Custo de captação	-	(44)
Custo de captação incorrido	31	31
Juros pagos	(24.491)	(25.835)
Amortização do principal	(29.629)	(17.952)
Saldo em 31 de dezembro	314.633	344.191

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	31/12/2021
2023	23.123
2024	24.340
2025	25.660
2026	27.091
2027 a 2023	191.339
Total	291.553

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penho dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas. Abaixo algumas das referidas cláusulas:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas em contrato.
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (f) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

14 Debêntures

	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			2021	2020
Debêntures Serras Holding	IPCA + 7,640%	Ago/32	48.063	44.166
			48.063	44.166
Circulante			5.186	1.768
Não circulante			42.877	42.398

Em agosto de 2018, a Controladora procedeu com a emissão pública de debêntures, com base na Instrução CVM nº 476, de 16 de Janeiro de 2009, alterada pela Resolução nº 61 da CVM de 27 de dezembro de 2021, referente a série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 40.000. O prazo de vencimento é de 336 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de IPCA + 7,64% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva - CER nº 128/10.

A última parcela de amortização do principal ocorrerá em agosto/2032.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	44.166	42.393
Juros pagos	(3.327)	(3.186)
Amortização do principal	(758)	(124)
Custo de captação incorrido	43	44
Juros incorporados a dívida	7.939	5.039
Saldo em 31 de dezembro	48.063	44.166

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	31/12/2021
2023	2.340
2024	2.808
2025	6.317
2026	6.551
2027 a 2032	24.861
Total	42.877

a. Garantias

As debêntures de têm como garantias penhor de ações, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia e penhor dos equipamentos.

b. Covenants

As debêntures possuem as seguintes cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida da debênture.
- (b) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (c) Manter os contratos de serviço e manutenção vigentes.

15 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as controladas têm a obrigação de devolver a terra onde o parque eólico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2054.

No ano exercício de 2019, as controladas da Companhia estimaram como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 75.492, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de 7,64% a.a. reconheceu o valor presente de R\$ 7.802 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente

Em 2021, o montante provisionado era de R\$ 11.050 (R\$ 9.420 em 31 de dezembro de 2020) inerentes a custos para a desmontagem do parque com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.802</u>
Ajuste a valor presente	1.618
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>9.420</u>
Ajuste a valor presente	1.630
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>11.050</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente do exercício de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.935 no consolidado (R\$ 3.665 em 31 de dezembro de 2020). A controladora não apurou imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2021 e 2020, em decorrência de ter apresentado prejuízos

As controladas da Companhia que exercem atividade de geração, apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. A Controladora apura do imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real e em 31 de dezembro de 2021, apresentava prejuízo fiscal, de R\$ 2.776, prejuízos fiscais acumulados de R\$ 8.724. Desta forma não apurou IRPJ e CSLL correntes.

	31/12/2021	
	Controladora	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Calculo do lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(1.685)	(1.685)
(Exclusão) do resultado com equivalência patrimonial	(6.479)	(6.479)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(8.164)	(8.164)
Alíquota nominal	25%	9%
Total prejuízo fiscal (*)	(2.041)	(735)
Alíquota efetiva	25%	9%
	31/12/2020	
	Controladora	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Calculo do lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	684	683
Equivalência patrimonial	(5.882)	(5.882)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(5.199)	(5.199)
Alíquota nominal	25%	9%
Total prejuízo fiscal (*)	(1.300)	(468)
Alíquota efetiva	25%	9%

(*) Em 2021 e 2020 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos por não possuir perspectiva de lucros tributáveis futuros.

Serras Holding S.A.
Demonstrações financeiras,
individuais e consolidados, em
31 de dezembro de 2021

		31/12/2021	
		Consolidado	
		Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido			
Receitas de operações com energia elétrica		108.949	108.949
Alíquota de presunção		8%	12%
Lucro presumido		8.716	13.074
Demais receitas		2.051	2.051
(-) Redução de adicional de 10% do imposto de renda		(240)	-
Alíquota nominal		25%	9%
Corrente		(2.573)	(1.362)
Alíquota efetiva		24%	9%
		31/12/2020	
		Consolidado	
		Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido			
Receitas de operações com energia elétrica		100.512	100.512
Alíquota de presunção		8%	12%
Lucro presumido		8.041	12.061
Demais receitas		1.751	1.751
(-) Redução de adicional de 10% do imposto de renda		(240)	-
Alíquota nominal		25%	9%
Corrente		(2.422)	(1.243)
Alíquota efetiva		25%	9%

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e autorizado é de R\$230.398 em 31 de dezembro de 2021 (R\$275.531 em 2020), representado por 212.975.790 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021 (256.290.604 ações em 2020).

O capital social integralizado é de R\$ 230.938 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 269.403 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício de 2021 houve redução do capital social em R\$ 38.465 com efetiva devolução em caixa e o cancelamento de R\$ 6.128 de capital que estava pendente de integralização. (Em 31 de dezembro de 2020, ocorreu a integralização de R\$ 180.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. A Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, portanto não houve destinação para dividendos. Para o exercício findo em 30 de dezembro de 2020, também não houve distribuição de dividendos, pois o lucro do exercício foi utilizado para absorver parte dos prejuízos acumulados.

18 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de energia elétrica (a)	108.949	100.512
Outras receitas operacionais (b)	2.085	-
Total da receita operacional bruta	106.684	
PIS	(725)	(652)
COFINS	(3.268)	(3.016)
Deduções da receita	(3.993)	(3.668)
Receita Operacional Líquida	104.956	96.844

(a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria no ambiente de contratação regulada (ACR).

(b) Referente ao ressarcimento transferido pelo prestador de serviço de manutenção dos aerogeradores, onde, este tem a obrigação de reembolsar as controladas no caso de disponibilidade inferior a contratada com o intuito de compensar as receitas não geradas pela indisponibilidade de funcionamento do equipamento.

19 Custo de operação

Custos	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação – Nota explicativa nº 11	(28.485)	(28.493)
Amortização de direito de uso – Nota explicativa nº 10	(372)	(756)
Compartilhamento de custos (i)	-	(2.311)
Engenharia e gestão de processos O&M (ii)	(17.021)	(11.683)
Encargos de conexão e Transmissão	(6.096)	(5.739)
Gastos com pessoal	(2.869)	(971)
Serviços de terceiros	(2.852)	(1.675)
Taxas e alvarás diversos	(967)	(735)
Locações e aluguéis	(532)	(354)
Seguros	(1.681)	(856)
Outros	(863)	(303)
Total	(61.738)	(53.876)

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pelas controladas, conforme nota explicativa nº 22. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento de custos de em linhas específicas, na rubrica de custos de geração, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em Compartilhamento de custos.
- (ii) O aumento entre os anos se deve ao processo de *escalation*, onde o valor dos contratos de manutenção são reajustados conforme disposições contratuais.

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compartilhamento de despesas (i)		-		(3.475)
Gastos com pessoal	-		(2.070)	-
Serviços de terceiros	(36)	(16)	(1.429)	(410)
Legais, judiciais e publicações	(5)	(6)	(764)	(109)
Taxas e alvarás diversos	-	(3)	-	(144)
Outros	(13)	-	(578)	-
Total	(54)	(25)	(4.841)	(4.138)

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pelas controladas, conforme nota explicativa nº 22. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento das despesas de em linhas, na rubrica de despesas gerais e administrativas específicas, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em despesas compartilhadas.

21 Receitas e despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendimento de aplicação financeira	-	-	2.051	1.847
Atualização monetária de depósito judicial	-	-	81	-
Receitas financeiras	-	-	2.132	1.847
Juros sobre financiamentos	-	-	(24.276)	(25.640)
Tarifas Bancárias	(1)	(1)	(28)	(31)
Juros Debêntures	(7.939)	(5.039)	(7.939)	(5.039)
Juros Diversos	(84)	(57)	(1.311)	(1.031)
IOF	-	-	-	(64)
Juros (Fornecedores)	-	-	-	(1)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	-	-	(1.630)	(1.618)
Multas	-	-	-	(542)
Despesa captação de financiamentos e debêntures	(43)	(44)	(74)	(75)
Fianças e comissões bancárias	(43)	(32)	(89)	(1.645)
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.164)	(1.048)
Despesas financeiras	(8.110)	(5.173)	(36.511)	(36.734)

22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Dividendos a receber		
Eólica Seridó S.A	980	841
Eólica Paraíso S.A	833	897
Total	1.813	1.738
Ativo - Outras contas a receber – NE 25		
Eólica Serra de Santana S.A (i)	5.275	-
Eólica Lagoa Nova S.A (i)	5.752	-
Eólica Seridó S.A (i)	5.643	-
Total	16.670	-
Ativo – Adiantamento a fornecedores – NE 24		
	31/12/2021	31/12/2020
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda (ii)	5.743	-
Total	5.743	-
	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo - Mútuos financeiros com partes relacionadas		
Eólica Serra de Santana S.A (iii)	1.103	1.103
Eólica Lagoa Nova S.A (iii)	914	914
Eólica Seridó S.A (iii)	1.033	1.033
Eólica Paraíso S.A (iii)	1.038	1.038
Eólica Lanchinha S.A (iii)	904	904
Total	4.992	4.992

Passivo – Compartilhamento de custos – NE 12	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Eólica Serra de Santana S.A. (iv)	1.908	806
Eólica Lagoa Nova S.A. (iv)	2.012	1.512
Eólica Seridó S.A. (iv)	3.999	2.337
Eólica Paraíso S.A. (iv)	2.252	1.349
Eólica Lanchinha S.A. (iv)	3.199	2.008
Total	13.370	8.012
Resultado	31/12/2021	31/12/2020
Compartilhamento de custos (ii)	(2.656)	(2.311)
Compartilhamento de despesas (ii)	(3.816)	(3.475)
Total transações no resultado	(6.472)	(5.786)

- (i) Valores referente reduções de capital social, nas controladas, aprovada em assembleia geral extraordinária, para pagamento de serviço da dívida das debentures da Controladora, onde a efetiva movimentação financeira irá ocorrer durante o exercício de 2022.
- (ii) Adiantamento referente aquisição de material para manutenção do parque eólico.
- (iii) Refere-se a mútuos estabelecidos entre a Companhia e suas controladoras no valor de R\$4.992 , não havendo incidência de juros nesta operação com vencimento previsto para 2022.
- (iv) As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora indireta Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. Os principais gastos compartilhados são:
 - Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação e;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.

b. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia e suas controladas. Os administradores da Companhia e suas controladas ão remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A. Os administradores do Grupo Echoenergia são remunerados pela controladora final Echoenergia Participações S.A e as despesas são compartilhadas entre todas Companhias do Grupo.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos Financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021		31/12/2021	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	16	-	920	-
Aplicações financeiras	6.a	-	8	-	9.154
Fundos vinculados	6.b	-	6	-	30.279
Contas a receber	7	-	-	39.788	-
Outras contas a receber	25	16.821	-	157	-
Depósitos judiciais		-	-	5.193	5.640
Passivos financeiros					
Fornecedores	12	381	-	21.600	-
Debêntures	14	48.063	-	48.063	-
Mútuos com partes relacionadas	22	4.992	4.992	-	-
Financiamentos	13	-	-	314.633	-

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020		31/12/2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	16	-	973	-
Aplicações financeiras	6.a	-	-	-	1.325
Fundos vinculados	6.b	-	2	-	79.826
Outras contas a receber	25	1.838	-	157	-
Contas a receber	7	-	-	37.388	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	12	374	-	12.313	-
Debêntures	14	44.166	-	44.166	-
Mútuos com partes relacionadas	22	4.992	-	-	-
Financiamentos	13	-	-	344.191	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (*)	Controladora			
			31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	24	24	16	16
Fundos vinculados	6.a	Nível 2	6	6	2	2
Outras contas a receber	25	Nível 2	16.821	16.821	1.838	1.838
Mútuos com partes relacionadas	22	Nível 2	4.992	4.992	4.992	4.992
Fornecedores	12	Nível 2	381	381	374	374
Debêntures	14	Nível 2	48.063	48.063	44.166	44.166
Total			70.287	70.287	51.388	51.388

	Nota	Nível (*)	Consolidado			
			31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	10.074	10.074	2.298	2.298
Contas a receber	7	Nível 2	39.788	39.788	37.388	37.388
Fundos vinculados	6.b	Nível 2	30.279	30.279	79.826	79.826
Outras contas a receber	25	Nível 2	157	157	1.841	1.841
Fornecedores	12	Nível 2	21.600	21.600	12.313	12.313
Financiamentos (a)	13	Nível 2	314.633	314.633	344.191	344.191
Debêntures (a)	14	Nível 2	48.063	48.063	44.166	44.166
Total			464.594	464.594	522.023	522.023

(*) A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

24 Adiantamento a fornecedores

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Materiais para manutenção no parque eólico – NE 22	-	-	5.743	-
Outros adiantamentos	29	29	3.746	3.271
Total	29	29	9.489	3.271

25 Outras contas a receber

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Redução de capital (nota explicativa nº 22)	16.670	-	-	-
Demais contas a receber	151	1.838	157	1.841
Total	16.821	1.838	157	1.841

26 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia e suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com *rating* AAA e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber das controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	10.074	2.298
Fundos vinculados	6.b	30.279	79.826
Contas a receber	7	39.788	37.388
Total		80.141	119.512

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2021	Valor	Fluxos de	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5
Consolidado	contábil	caixa futuros				anos
Fornecedores	21.600	(21.600)	(21.600)	-	-	-
Debêntures	48.063	(80.422)	(5.330)	(6.177)	(28.141)	(40.774)
Financiamentos	314.633	(478.224)	(46.436)	(46.218)	(135.147)	(250.423)
Arrendamentos	10.397	(34.067)	(1.120)	(2.242)	(3.363)	(27.342)
Total	394.693	(614.313)	(74.486)	(54.637)	(166.651)	(318.539)

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2021	Valor	Fluxos de	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5
Controladora	contábil	caixa futuros				anos
Fornecedores	381	(381)	(381)	-	-	-
Debêntures	48.063	(80.422)	(5.330)	(6.177)	(28.141)	(40.774)
Total	48.444	(80.803)	(5.711)	(6.177)	(28.141)	(40.774)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia elétrica

As controladas vendem energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição das controladas à variação de preços.

Risco de taxas de juros

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/12/2021	31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP (a)	6,08%	5,80%	5,80%	7,25%	8,70%
IPCA (b)	10,03%	5,03%	5,03%	6,29%	7,55%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (c)	4,42%	11,50%	11,50%	14,38%	17,25%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(314.633)	(15.826)	(19.783)	(23.739)	(11.870)	(7.913)
Debêntures	TJLP	(48.063)	(2.788)	(3.485)	(4.181)	(2.091)	(1.394)
Total		(362.696)	(18.614)	(23.268)	(27.920)	(13.961)	(9.307)
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	39.433	4.535	5.668	6.802	3.401	2.267

(a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo o – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(c) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

27 Contingências e depósitos judiciais

Até 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis (a)	954	939
Total	954	939

A companhia possui depósitos judiciais no valor de R\$ 5.193 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.640 em 31 de dezembro de 2020).

- (a) Discussão envolvendo valores de arrendamentos requisitados pelo arrendadores e danos nos imóveis dos respectivos arrendadores no valor de R\$ 954 no exercício de 2021 (R\$939 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, as controladas possuem depósitos judiciais no valor de R\$ 5.193 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.640 em 31 de dezembro de 2020), sendo que o montante se refere ao valor requerido para que as Controladas entrassem com pedido de anulação de débito tributário proveniente de ISSQN, cobrado pela prefeitura no período de construção do parque eólico.

Abaixo segue a movimentação dos depósitos judiciais:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.116
Liberação de depósitos judiciais	(476)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.640
Atualização monetária de depósito judicial	81
Liberação de depósitos judiciais	(528)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.193

28 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Baixa em ativo de direito de uso	10	-	-	3.536	-
(Baixa) em passivo de arrendamento	10	-	-	(3.536)	-
(Redução) de capital em investidas	9	(16.670)	-	-	-
Outras contas a receber	23	16.670	-	-	-

29 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas controladas para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	6.616	6.616	6.616	6.616	72.771
Contratos de (O&M) (b)	4.781	-	-	-	-
Total	11.397	6.616	6.616	6.616	72.771

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de

Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2021 (julho/22 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas possuem contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores até o ano de 2023. Para os anos seguintes as controladas estão fase de negociação para os novos contratos.

30 Eventos subsequentes

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$7.034.084, assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas.